

Confiar e desconfiar



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

A inesperada mudança de posição do presidente Donald Trump em relação ao Brasil e, especificamente, ao presidente Lula revela o modo de agir da diplomacia norte-americana. Na visão de Washington, a diplomacia é um jogo de pôquer em que o mais forte faz um lance absurdamente elevado para, depois, negociar uma situação mais próxima da realidade. Ainda assim, o jogador tenta ganhar de seu adversário. O governo Trump, com suas tarifas de 10 a 50% contra os vendedores de produtos no mercado interno norte-americano, produziu enorme receita adicional para seus cofres. Quem está pagando a diferença é o consumidor.

A consequência prática dessa ambivalência norte-americana é conhecida pelos latinos há bastante tempo. Não é de boa política confiar no que faz ou diz o Departamento de Estado. São muitos os exemplos de governos que foram mantidos por Washington que, de um momento para o outro, desabaram depois de perder a proteção norte-americana. Na América Central, há dezenas de exemplos, todos baseados no interesse comercial imediato. O mais curioso deles chega a ser exemplar. Fidel Castro desfilou em carro aberto em Nova York logo depois de vencer a revolução em Cuba. Meses depois, o regime cubano foi considerado inimigo dos Estados Unidos, situação que

prevalece até hoje.

Marco Rubio, chefe do Departamento de Estado, o que equivale ao nosso ministro de Relações Exteriores, é filho de cubanos exilados. Ele detesta comunistas e tem restrições a latinos de modo geral. Sua família fugiu do ditador Fulgêncio Batista, antes de Fidel e Che Guevara chegarem ao poder. Será o interlocutor dos brasileiros na tentativa de restabelecer as boas relações entre Washington e Brasília. Ele e o ministro Mauro Vieira já se falaram e combinaram encontro em breve. Deverá ser uma conversa pragmática e objetiva. Sem espaço para ideologias. Os brasileiros chegaram a Trump depois do encontro entre presidentes nos bastidores da Assembleia da ONU, mas também como consequência de poderosos lobbies que defenderam a produção brasileira no mercado norte-americano.

Os norte-americanos, políticos e empresários, descobriram que o Brasil tem produto interno bruto superior ao da Rússia, maior renda per capita e população quase o dobro de seu suposto rival. É mais perto e mais fácil fazer negócios com os brasileiros, donos de uma economia bastante desenvolvida — maior do que a Itália, por exemplo —, do que se aventurar na distante e fria Moscou. O Brasil, que não costuma se aventurar em conquistas militares, tem uma história de 201 anos de boas relações com os Estados Unidos. Destruir esse bom relacionamento não faz qualquer sentido. O melhor é negociar e conseguir bons resultados por intermédio do diálogo.

Os filhos do capitão que conspiraram dentro e fora do país para derrubar o governo e instalar uma ditadura — tantas vezes reivindicada em praça pública pelas suas lideranças — descobriram que o Brasil não é uma Uganda qualquer, na magistral definição do saudoso Ulysses Guimarães. O país tem história e dificilmente

um general iria bater continência para um capitão. Mas ninguém perdoa o crime de lesa-pátria. Ou aquele que se vende ao interesse do estrangeiro mesmo prejudicando os nacionais. Os traidores na Europa, ao fim da Segunda Guerra, foram fuzilados. As mulheres que se amancebaram com nazistas tiveram que desfilar em praça pública com a cabeça raspada, carregando um cartaz pendurado no pescoço que dizia: colaboradora. Sem prejuízo de posterior julgamento.

Essa marca é indelével. Não sai. Acompanha o traidor por toda sua existência. Por essa razão, os espíões têm vida curta. Depois de descobertos, não conseguem reverter a uma vida normal. O acidente eleitoral que levou Bolsonaro ao poder não deve se repetir tão cedo, nesta geração. O equívoco do eleitor foi grande demais e doloroso. O Brasil perdeu tempo e muitas vidas na pandemia, que o presidente classificou de gripezinha. Como a vida de traidor não tem valor, as eventuais ações dos Bolsonaros no exterior deverão ter menor influência a cada dia. O governo Trump é movido por interesses comerciais. Quem o atrapalha nesta caminhada é colocado à margem.

Desde o ano I até 1820, as duas maiores economias do planeta foram as da China e da Índia. Somente nos últimos 200 anos, os países da Europa superaram os asiáticos, seguidos dos Estados Unidos. Portanto, é razoável e até natural enxergar o retorno de China e de Índia a uma posição de destaque entre as nações mais desenvolvidas. O governo Trump luta para impedir o restabelecimento da antiga hegemonia. Por essa razão, comporta-se como um subdesenvolvido que impõe barreiras tarifárias e busca substituição de importações. Os brasileiros já perceberam que o futuro está no Pacífico. Os americanos, naturalmente, não concordam com esse diagnóstico.

Nobel da Paz a favor da guerra



» GUSTAVO MENON
Coordenador no curso de Relações Internacionais na UCB e docente no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina na Universidade de São Paulo – Prolam/USP

O Prêmio Nobel da Paz de 2025 foi concedido à golpista María Corina Machado, líder da oposição venezuelana. Conhecida por sua postura firme contra o regime autoritário de Nicolás Maduro, Corina Machado defendeu repetidamente a estratégia de pressão máxima dos Estados Unidos, incluindo sanções econômicas severas para forçar a saída de Maduro, chegando a apoiar publicamente uma intervenção militar cirúrgica para a destituição do governo atual, argumentando que não haveria outra saída além do uso da força.

Machado mantém fortes ligações com setores ultraconservadores e republicanos dos EUA, especialmente com o secretário de Estado, Marco Rubio, reforçando a necessidade de aliança com Washington para garantir a influência norte-americana na região. Essa postura pró-intervenção faz parte de uma agenda que busca a derrubada do regime chavista a qualquer custo, inclusive, com o uso de força externa. Cabe ressaltar que Corina Machado defendeu as guarimbas, os protestos violentos que ocorreram na Venezuela, principalmente em 2014 e 2017. Essas manifestações incluíam barricadas, confrontos com as forças de segurança e atos de vandalismo, resultando em mortes e inúmeros feridos — tanto da oposição, bem como representantes das alas governistas.

O Comitê Norueguês do Nobel premiou María Corina Machado pelo seu “trabalho incansável na promoção dos direitos democráticos” na terra de Simón Bolívar, destacando sua liderança, articulação e atuação na oposição e na unificação dos supostos “movimentos democráticos”. A premiação, no entanto, ignora seu histórico de apoio a táticas radicais, traço da extrema-direita na contemporaneidade.

Corina Machado perdeu seus direitos políticos no país em 2014, devido a uma decisão da Assembleia Nacional, controlada pelo chavismo, que foi respaldada pelo Tribunal Supremo de Justiça (TSJ). Ela teve seu mandato cassado por aceitar o cargo de representante alternativa do Panamá junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), o que foi considerado incompatível com sua função legislativa na Assembleia Nacional, conforme previsto nos artigos 191 e 197 da Constituição Bolivariana da Venezuela de 1999.

Esses artigos determinam que deputados não podem aceitar ou exercer cargos públicos sem perda do mandato, exceto em atividades docentes, acadêmicas, acidentais ou assistenciais, e que devem cumprir suas funções com dedicação exclusiva. A decisão do TSJ confirmou que, ao assumir um cargo diplomático, María Corina Machado perdeu automaticamente seu mandato de deputada. De toda forma, ao perder imunidade parlamentar, Machado passou a ser investigada por acusações relacionadas a supostos atos contra o governo, em um processo considerado por muitos como uma retaliação política. A eleição de 2024, onde não se sabe ainda os resultados da votação, permanece em aberto.

A crise na Venezuela parece ganhar um novo capítulo diante da ofensiva dos EUA no Caribe, que desloca navios de guerra e tenta retomar seu “Mare Nostrum”. Com as tentativas de Donald Trump de se reposicionar diante das tensões geopolíticas globais, como a Guerra na Eurásia e os conflitos no Oriente Médio, a América Latina volta a ser foco e prioridade da política externa estadunidense.

Vale lembrar que os Estados Unidos oferecem uma recompensa de US\$ 50 milhões por informações que levem à prisão de Nicolás Maduro, acusado de liderar um cartel de narcotráfico e estar envolvido em conspirações com narcoterrorismo, tráfico de drogas e uso de armas em apoio a crimes relacionados ao tráfico — trata-se da maior recompensa já oferecida pelo país, superando até mesmo a do terrorista Osama Bin Laden.

O Nobel concedido a María Corina Machado pode aumentar ainda mais as tensões na região do Caribe e colocar em xeque anos de diplomacia brasileira no subcontinente sul-americano, que é uma das poucas regiões livres de ação bélica entre Estados no planeta. O combate ao narcotráfico não pode ser usado como pretexto para ações e intervenções de forças externas na América do Sul.

Para o Brasil, acende-se um sinal de alerta, pois, na Venezuela, diante da crise autoritária — Maduro segue com sua escalada militarizante se associando à Rússia, Irã e China em um nítido processo de degeneração do chavismo —, da espiral de conflito e do não reconhecimento das eleições, há uma crescente atuação de forças extraregionais. Por fim, diante da erosão da democracia na Venezuela, permanece um cenário de incertezas no qual a iminência do golpe defendido por Corina, com seus desdobramentos imprevisíveis, está se articulando a passos largos.

Maurenilson Freire



A Conapir importa



» SÍLVIA CERQUEIRA
Advogada e ex-Conselheira Notório Saber do CNPIR do Ministério de Direitos Humanos

Trago, neste artigo, meu olhar sobre a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em setembro último, na capital do país. Experimentamos, durante cinco dias, a verdadeira convivência com a diversidade nacional. Todos os povos, territórios, comunidades, religiões, opções sexuais. Enfim, o povo brasileiro esteve ali representado, praticamente, por todos os seus segmentos, estabelecendo uma interlocução direta entre a sociedade e o governo, encaminhando as mais variadas demandas na busca de respostas com soluções factíveis, com debates calorosíssimos, dissensos e consensos, mas prevalecendo o respeito à democracia e ao Estado de Direito.

Nós nos emocionamos, cantamos, aplaudimos, cerramos os punhos, emitimos palavras de ordem nas vozes dos povos: quilombolas, indígenas, ciganos, LGBTQIAPN+, migrantes, apátridas, idosos, entre outros. Todas as vozes, numa demonstração de que estávamos em uma conferência plural de combate ao racismo, ao preconceito, à discriminação racial e a todas as formas de intolerância correlatas, lembrando-nos a Conferência Internacional de Durban, na África do Sul.

Levamos uma lente pessoal de um apurado

observatório, e nele foi possível capturar imagens cuja compreensão nos revelou ricos diagnósticos. O primeiro deles é que, em número, acredito nunca antes registrado, a nossa diversidade, majoritariamente negra (pretos e pardos), circulou em todos os aeroportos do país, embarcando em aviões de todas as companhias nacionais, trafegando com conferencistas, usando seus trajes coloridos, ostentando seus turbantes, cocares, lenços, leques. Seus adereços identitários, inerentes a cada grupo de forma específica, mas unidos para denunciarem as diferentes formas de experienciarem o racismo, inclusive, naqueles espaços de locomoção.

A antiga observadora pôde constatar que, fosse na recepção dos hotéis, fosse nos restaurantes, percebia-se reações gestuais e expressões de perplexidade; fosse de hóspedes ou de alguns funcionários. Via-se uma manifesta demonstração de insatisfação pouco comum e, em alguns momentos, olhares de cansaço e reprovação cuja leitura já sabemos bem o significado. Tais como: “Por que estão logo aqui?”, “Eles são muitos” e deixavam escapar: “Essa é uma movimentação nunca vista”. Registre-se que, alguns poucos também aplaudiam, mas uma coisa era patente: sabiam eles que não poderiam reagir.

Assim, eles, casais, famílias, amigos(as), caminhavam acelerados, com sorrisos plásticos, sempre pelas laterais, buscando uma mesa afastada e tratavam de finalizar a permanência nos espaços em que estávamos, em massa, sempre de forma muito breve.

A nossa lente observadora, habituada a fazer essa leitura, identificava a real motivação desse típico comportamento, moldado pela força do racismo tão presente e acintoso em nossa sociedade.